



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT (Estudos Críticos Sobre Trabalho)

ENTRE LÉLIA GONZALEZ E TERESINHA BERNARDO: A LIDERANÇA DA MULHER NEGRA NAS RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS

Alice Melo Silva¹ Rafaela da Silva Bezerra²

RESUMO

A liderança da mulher negra nas religiões afro-brasileiras é um fenômeno histórico de resistência, analisado neste ensaio a partir das obras de Lélia Gonzalez e Teresinha Bernardo. Embora a sociedade brasileira tenha relegado essas mulheres a papéis subalternos (como mucamas e mães pretas), elas mantiveram poder ancestral através dos terreiros. A discussão aqui apresentada, através de uma pesquisa social e uma abordagem discursiva da literatura, revela como o racismo e o sexismo criaram uma dupla opressão, mas também destaca estratégias de sobrevivência cultural, como o pretuguês e a liderança nas religiões de matriz africana, que vem ressignificando o papel da mulher negra na sociedade. Há uma centralidade da mulher negra como guardiã da cultura e liderança nas religiões de matriz africana, foram elas que mantiveram vivas práticas, valores e resistências em meio ao racismo e ao patriarcado. Portanto, são os sustentáculos não apenas das religiões de matriz africana, como também são elas as colunas de toda essa base, são elas as chefes dos lares brasileiros, que conseguiram ser além de escravas domésticas e sexuais, a engrenagem principal dos movimentos de resistências quilombolas e religiosos.

Palavras-chave: mulher negra; liderança; religiões afro-brasileiras.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em liderança no campo das ciências sociais aplicadas, associa-se a gestão, a formalidade, cargos, e não os nuances do que é liderar. Em um texto consagrado no Brasil pela publicação do Handbook, uma coletânea de textos que versam sobre as organizações, Bryman (2004), faz um estudo sobre a liderança, seus avanços teóricos e limitações. Sua preocupação é descrever como a liderança vem sendo discutida na ciência, quais são as estratégias e brechas nas teorias. Aqui, por outro lado, destoando desse estudo, apresentam-se os aspectos que não são vistos sobre a liderança das mulheres negras em uma

¹ Mestranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: alice.melo.063@ufrn.edu.br.

² Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: rafaela.bezerra@ifrn.edu.br



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

sociedade como a brasileira, cercada de desigualdades sociais, culturais e sobretudo econômicas.

Apesar dos avanços da luta feminista, o discurso predominantemente branco não abarca a mulher negra, e foi sentido por Lélia Gonzalez (2020), que relata não ser aceita ao falar sobre racismo num encontro feminista, realizado no Rio de Janeiro na década de 1980. As mulheres e demais integrantes ainda não estavam prontos para tocar nessa grande e exposta ferida social. E a liderança feminina, quando discutida sem recortes interseccionais, tende a universalizar experiências brancas e elitizadas, invisibilizando as particularidades das mulheres negras.

Como alerta Gonzalez (2020), o feminismo hegemônico historicamente falhou em reconhecer que a opressão de gênero se entrelaça ao racismo e à classe, criando hierarquias mesmo entre mulheres. Enquanto mulheres brancas acessam espaços de poder institucional, as negras permanecem confinadas a estereótipos que limitam sua liderança ao âmbito comunitário e religioso, quando estes são possíveis.

Embora a liderança seja uma temática amplamente debatida por teóricos, há décadas, um questionamento continua latente em todos esses períodos: as mulheres negras existem nessa e para essa liderança? Com essa indagação central, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a atuação da mulher negra como figura de liderança nas religiões afro-brasileiras. Esse cenário é analisado a partir das obras de Lélia Gonzalez e ancorado nos estudos de Teresinha Bernardo.

Para alcançar os objetivos gerais formulou-se dois objetivos específicos, são eles: I) Apresentar a reconstrução da trajetória histórica da mulher negra na sociedade brasileira, retomando brevemente aspectos históricos e II) Analisar como a liderança das mulheres negras nas religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda) resiste às estruturas racistas, patriarcais e classistas. Para isso, as seções estão organizadas em cinco, a contar desta introdução, onde foram expostos aspectos generalistas sobre a importância do estudo da liderança sob a perspectiva da mulher negra brasileira, seguidas da retomada sobre o contexto histórico das mulheres negras, apresentado no referencial teórico. Posteriormente são trazidos os elementos metodológicos, e uma discussão acerca das lideranças negras nos cultos afro-brasileiros. Por fim, são apresentadas as considerações finais e os possíveis caminhos para novas pesquisas.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao elaborar o “Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero”, Crenshaw (2002) destaca que, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirme a aplicação desses direitos sem distinção de gênero, historicamente as experiências e violações vividas pelas mulheres foram tratadas como marginais, baseando-se sobretudo em perspectivas masculinas. A autora ainda acrescenta que a discriminação racial, muitas vezes atravessada pelo gênero, expõe que mulheres podem sofrer abusos de forma distinta dos homens, exigindo a incorporação dessa dimensão para compreender plenamente tais violações. Assim, nem as vulnerabilidades específicas de gênero devem justificar a exclusão da proteção, nem as diferenças entre mulheres podem servir para invisibilizar ou hierarquizar suas demandas por igualdade e cuidado no regime de direitos humanos.

Ao analisar as raízes dessa diferenciação percebemos o que infelizmente a sustenta, e é Safiotti (1987) que contempla essa argumentação ao esclarecer que é a própria sociedade que atribui papéis diferentes para homens e mulheres, processo esse condicionado pela identidade que é construída socialmente, de maneira que a maternidade e até o metabolismo humano estão condicionados a essas práticas sociais. São, portanto, resultados da história e é onde mora a dificuldade de distinguir o que é natural do que é socialmente construído.

A classe social é um fator de diferenciação entre as próprias mulheres, já que as mulheres das camadas abastadas têm o privilégio de desfrutar do apoio remunerado de outras mulheres nos afazeres do lar. A autora destaca ainda que, por maiores que sejam as diferenças, os afazeres domésticos ainda são responsabilidade da mulher. Das classes mais baixas às mais altas, a responsabilidade doméstica é feminina, como uma identidade básica entre elas (Safiotti, 1987).

No papel de doméstica, destacado por Lélia, além dos serviços de cuidado ao lar, sejam eles remunerados ou não, também há outras funções associadas às negras, como merendeiras, serventes de supermercado e todas as prestações de serviço de baixa remuneração. Já no papel imposto de mulata, sendo objeto e não sujeito, existe uma sexualização do seu corpo, que contribuiu para a idealização dessa forma corporal como um produto de exportação, numa estrutura que perpassou a cultura. Esse fator contribuiu para a criação do imaginário sobre



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

a democracia racial no Brasil, pregada por Freyre, Viana e outros ideólogos de raça. É no corpo da mulher negra que se articula esse processo que Lélia chama de folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Esse mito da democracia racial esconde a violação destes corpos, nos mais variados significados de violação (Gonzalez, 2020).

Analisando os processos que culminam na exploração da mulher negra na sociedade brasileira, Lélia Gonzalez (2020) perpassa o cenário econômico e cultural retomando a relação entre trabalho e capital, analisando como ocorrem os processos de acumulação e a partir de quem se acumula. É na exploração que habitam os corpos das mulheres negras, num cenário de dupla opressão. O que de antemão seria uma superpopulação relativa, base para controlar o valor da mercadoria trabalho, para as mulheres negras o processo se divide e forma uma massa marginal, que muitas vezes mora no desemprego e subemprego.

A interseccionalidade explica como diferentes sistemas de opressão, como racismo, patriarcado e desigualdade de classe se cruzam, criando impactos específicos para grupos que ocupam múltiplas posições subordinadas, como mulheres racializadas. Nessa sobreposição, as discriminações não atuam isoladamente, mas se combinam e intensificam, gerando formas particulares e agravadas de desigualdade e desempoderamento (Crenshaw, 2002).

Esse fenômeno é melhor evidenciado pela autora quando ela afirma que, “excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo” (Gonzalez, 2020, p. 34). E para entender quais são alguns dos fatores determinantes para esse processo de massa marginal são estratificados recortes sobre o período abolicionista. Pelo olhar pós abolição da escravatura, que segundo a autora, libertou apenas 10% dos escravos, pois os outros 90% já eram livres, nota-se que ao preto coube o legado da escravidão em vários aspectos, e em especial a moradia em localização periférica.

No período que sucedeu esse marco, a mulher negra desempenha uma função primordial, como a base da comunidade, trabalho físico maximizado, além de servir como mão de obra no trabalho doméstico, tem afazeres que sustentam a família. Essa atribuição doméstica reforça a perpetuação do duplo papel social da mulher negra: ora como doméstica, ora como mulata. Ainda é possível notar a ambientação social da mulher negra em outros trechos de Lélia, ao afirmar, por exemplo, que “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020. p.50).

Cabe destacar aqui, o que Crenshaw (2002) chama de subinclusão, que ocorre quando problemas que afetam apenas determinados grupos de mulheres, muitas vezes em razão de gênero, não são reconhecidos como questões de gênero por não refletirem a experiência das mulheres dos grupos dominantes. Isso também se manifesta quando violações específicas das mulheres de um grupo étnico ou racial deixam de ser vistas como discriminação racial, justamente por não atingirem homens do mesmo grupo, enquanto abusos que afetam sobretudo homens raramente sofrem essa invisibilização. Assim, a distribuição seletiva de abusos contra certos segmentos de mulheres permanece pouco investigada, sendo reconhecida como subordinação étnica apenas em situações em que o ataque é percebido como dirigido ao grupo inteiro, como em casos de violência sexual por agentes externos.

O povo negro não corresponde aos estereótipos criados por esse mito, muito pelo contrário, há registros de resistências, com a formação dos quilombos em 1559, em meio as plantações de cana do nordeste. Essa articulação de resistência é um dos principais mecanismos de atuação da mulher negra, que como trabalhadora do eito, foi responsável por organizações de movimento, apoio aos companheiros, filhos e irmãos de cativo. Além de ser o principal eixo servil das casas grandes, desde objeto de iniciação sexual, ama de leite, cuidadora dos próprios filhos e educadora dos filhos das patroas. Dessa função de mucama é que se dá a origem da figura da mãe preta, grande disseminadora do pretuguês e da africanização da cultura brasileira (Gonzalez, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos utilizados para compor esse artigo de revisão bibliográfica permite classificá-lo como de natureza básica e exploratória, a partir de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de apresentar e refletir sobre a atuação da mulher negra como figura de liderança nas religiões afro-brasileiras. A partir disso, foram selecionados materiais de autores representativos na discussão de gênero e raça, que foram discutidos de forma entrelaçada com os escritos de Lélia Gonzalez.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

No entanto, esse material também é caracterizado como uma pesquisa social, por discutir causas e explicações para questões do próprio cotidiano, a partir de métodos empíricos de análise dos dados, sem buscar, contudo, solução para os problemas abordados, mas tomando-os como ponto de partida para as reflexões apresentadas (Flick, 2012).

Nesse contexto, a abordagem qualitativa se mostra adequada por priorizar a descrição e a compreensão do processo, sem foco em estatísticas nem medições, ou comprovação de hipóteses prévias, e se orientar por um levantamento teórico que guia coleta, análise e interpretação (Prodanov; Freitas, 2013).

4 REFLEXÃO CRÍTICA

Lélia foi uma intelectual plural, entre as suas fontes de estudos estavam a psicanálise, o feminismo branco e o marxismo, pautada então em Lacan, Simone de Beauvoir e Karl Marx. Do eixo lacaniano defendia a linguagem como principal fonte de exportação e internalização da cultura negra. E entre as suas contribuições teóricas destacam-se duas valiosas contribuições: o conceito de pretuguês e a liderança da mulher negra nas religiões de matriz africana.

O idioma que a autora denomina de Pretuguês, para se referir ao português africanizado, é para ela, um elo de união com a cultura afro. É por meio do pretuguês, difundido pela mulher negra, representada pela figura da mãe preta, que se manteve viva a cultura afro-brasileira e reafirmou as mães e as tias como presenças respeitadas apesar de todo racismo vigente, que é condensado quando defende que “como mãe (real ou simbólica), ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração (Gonzalez, 2020, p. 146.)”

Outra contribuição importante é o destaque das mulheres negras como líderes das religiões negras do Brasil, em especial as lideranças das ialorixás ou mães de santo da capital baiana. Ainda que não seja o alvo de seus estudos, Lélia traz a religião como centro de liderança e esse fator de resistência feminina e negra faz pensar nos processos históricos que fizeram a mulher negra estar nessa posição de prestígio nas religiões de matriz africana.

A mulher negra reflete liderança nas religiões de matriz africana, e ao contrário de outras sociedades, no Brasil é a mulher que ocupa posição de poder religioso. Para compreender como esse processo aconteceu, é preciso relembrar que as religiões de matriz africanas são



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

trazidas ao Brasil através dos negros e negras escravizados vindos de África. É a partir disso que se pode compreender de onde vem o poder feminino nesses espaços religiosos. E não tendo Lélia se debruçado complexamente sobre essa temática, apresenta-se a importante contribuição de uma importante estudiosa que complementa a argumentação, a professora e antropóloga Teresinha Bernardo.

Aqui, considera-se as religiões de matriz africana como plurais e, no Brasil, representadas pelo Candomblé e Umbanda. O primeiro é definido como “divinação, sacrifício, cura, música, dança, e possessão espiritual. Os devotos atribuem poderes milagrosos e defeitos exemplares a entidades chamadas ‘orixás’, ‘voduns’, ‘inquices’, e ‘caboclos’, segundo a ‘nação’, ou denominação, do templo.” (Matory, 2008, p.108).

Segundo Santos (2018), os elementos míticos do candomblé que sustentam costumes e práticas podem ser visualizados nas figuras dos orixás ou yabás, com cinco entidades centrais: Iansã, Iemanjá, Obá, Oxum e Nanã, que representam as forças naturais e, portanto, não tem sexo, mas são simbolizadas por figuras femininas. O Candomblé exalta a liderança e dá prestígio para as mulheres negras, tal protagonismo feminino surge como elementos características da religião e dá voz a essas mulheres. Foi a mulher negra que garantiu a sobrevivência dos povos enquanto raça e cultura, foram nomes como Luísa Mahin, Tia Ciata, Mãe Senhora, Dandara e tantas outras anônimas que fizeram a sobrevivência da comunidade (Gonzalez, 2020).

Os primeiros terreiros que se têm notícias são de origem Iorubá datados dos séculos XVIII e XIX, justamente onde as lideranças eram femininas, e mesmo após a colonização as mulheres negras resistiram, ressignificaram seu poder em meio ao contexto patriarcal, classista e racista, e se estabeleceram como lideranças dos mais altos cargos da matriz afro-brasileira (Neder; Franco, 2022).

De acordo com Bernardo (2005), em África as mulheres iorubás eram grandes negociantes nas feiras, fazendo surgir duas importantes associações femininas: as *Ialodê* e *Guedé*. Essas foram responsáveis pelas negociações públicas, trocas de bens materiais e simbólicos. Ainda é possível explorar as implicações desse processo de África, quando se destaca o processo de retomada dos centros de poder e suas implicações para a mulher negra



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

brasileira, de modo que, o que era uma associação se transformara num título ligado à religião e ao comércio (Bernardo, 2005).

Da liderança familiar à econômica, a mulher se torna o que a autora chama de a grande sacerdotisa do candomblé. Ela explica ainda que pode ter ocorrido uma transformação desses elementos, e atribuições de poder que existiam em África, dessa maneira, tais características, antes sociais e comerciais, podem ter sido transferidas e aglutinadas no poder religioso. Quando Bernardo (2005, p.16) afirma que “se não existiam condições de exercício do poder real, exercia-se no plano do imaginário, através da religião”, a autora sintetiza que no Brasil, durante o escravismo e após, as mulheres negras estiveram subalternizadas em todas as esferas, não tendo condições estruturais de exercer nenhum tipo de poder. Nesse cenário os terreiros se materializam como forma de resistência e as negras mostraram-se para além dos papéis impostos, como líderes religiosas.

Conforme Bernardo (2005) há então uma matrilinearidade, ou seja, uma presença matricial nas famílias Iorubás, que se estendeu para os aspectos políticos e sobretudo religiosos. É na liderança negra que se encontra o poder, o axé e a força da comunidade. Ao passo que esse conceito caminha com a ideia de matrifocalidade, que é outro conceito fundamental, debatido por Lélia Gonzalez (2020), ao falar sobre os povos Maroon, residentes na Jamaica, e em sua grande maioria, escravos africanos de sociedades matrilineares. Nota-se um protagonismo das mulheres, que nessa população são representadas e exaltadas pela figura mítica de Nany. Ela é a mãe de todos esses povos.

Encerrando a discussão, Lélia Gonzalez (2020) destaca que os terreiros são fonte de perseguição da polícia e de autoridades religiosas, ao afirmar:

E sabemos o quanto os terreiros de candomblé, de umbanda, de batuque, de xangô etc. etc. foram perseguidos pela polícia a mando de autoridades políticas e religiosas. Isso sem falar nos blocos e escolas de samba. De qualquer modo, as “mães” e as “tias” souberam segurar a barra de seus “filhos” e “sobrinhos”, fazendo de seus terreiros (religiosos ou de samba) verdadeiros centros de resistência cultural (Gonzalez, 2020, p. 187)

Lélia Gonzalez destacou a centralidade da mulher negra como guardiã da cultura e liderança nas religiões de matriz africana. Ao valorizar o pretuguês como elo de transmissão cultural e apontar o protagonismo das ialorixás, ela evidenciou como as mulheres negras mantiveram vivas práticas, valores e resistências em meio ao racismo e ao patriarcado. Essa



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

liderança religiosa, especialmente no Candomblé, não apenas preservou tradições africanas, mas também concedeu prestígio e poder às mulheres, em contraste com a exclusão que sofriam em outras esferas sociais. Teresinha Bernardo aprofunda essa análise, mostrando que o papel das mulheres iorubás em África — como comerciantes e articuladoras sociais — se ressignificou no Brasil escravista, convertendo-se em autoridade espiritual e comunitária. Assim, os terreiros se consolidaram como espaços de resistência, onde a mulher negra assumiu posição de poder simbólico, cultural e político, reafirmando sua força histórica e coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente as mulheres negras brasileiras tiveram seus papéis de liderança descentralizados dos espaços de poder que tinham em África, antes de serem arrancadas à força de suas terras. As grandes mulheres, conhecidas ou não, são heranças dos traços de matrifocalidade e matrilinearidade que herdamos enquanto brasileiros. São esses nomes que devem ser (re)lembrados e (re)conhecidos ao pensar em novas formas de liderança em todos as esferas sociais, não estando as organizações excluídas dessa camada.

As mulheres negras são os sustentáculos não apenas das religiões de matriz africana, como também são elas as colunas de toda essa base, são elas as chefes dos lares brasileiros, que conseguiram ser além de escravas domésticas e sexuais, a engrenagem principal dos movimentos de resistências quilombolas e religiosos. Foram elas que operaram as estruturas econômicas e afetivas da sociedade brasileira.

Tentou-se trazer o reconhecimento da mulher negra enquanto líder, em especial nas religiões de matriz africana, que nada mais são que resquícios dessa historicidade que carregam enquanto sujeitas. E, para se pensar nesse eixo, a interseccionalidade que emerge pelo movimento de direitos humanos é um mecanismo importante, apesar de não ser o único.

Embora a sociedade brasileira tenha relegado essas mulheres a papéis subalternos (como mucamas e mães pretas), elas mantiveram poder ancestral através dos terreiros. Gonzalez revela como o racismo e o sexismo criaram uma dupla opressão, mas também destaca estratégias de sobrevivência cultural, como o pretuguês. Bernardo destaca e aprofunda a ressignificação dessas mulheres nas religiões de matriz africana e enaltece o seu papel de liderança na resistência feminina.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Fica evidente que a liderança da mulher negra existe e resiste, está presente nas religiões afro-brasileiras, e é um fenômeno histórico de resistência às perseguições do colonizador, às opressões cotidianas, aos racismos e sexismos enfrentados diariamente. Esse aspecto ainda deve, e precisa, ser explorado à luz da crítica econômica, afinal, não é possível falar em protagonismo negro, total e integral, em uma sociedade com tamanhas disparidades econômicas.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Teresinha. O candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**, v. 2, p. 1-21, 2005.

BRYMAN, Alan. Liderança nas organizações. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 3. São Paulo: Atlas, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012. [recurso eletrônico]

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

MATORY, J. Lorand. **Feminismo, nacionalismo, e a luta pelo significado do adé no Candomblé: ou, como Edison Carneiro e Ruth Landes inverteram o curso da história**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, Nº 1, p. 107-121, 2008.

NEDER, Andiara Barbosa; FRANCO, Gilciana Paulo. **Lideranças femininas nas Folias de Reis, nas Umbandas e Candomblé: uma análise de fluxos e refluxos**. *Numen*, v. 22, n. 1, p. 187-204, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [recurso eletrônico]

SANTOS, Jaqueline Sant'Anna Martins dos. **Mulheres de santo: gênero e liderança feminina no candomblé**. Nganhu, 2018.